

# Estudo sobre Igualdade de Gênero em uma Escola de Ensino Médio de Comunidade do Rio de Janeiro, RJ

## Study on Gender Equality in a High School of Community of Rio de Janeiro, RJ

Renata Corrêa Sinimbú Almeida<sup>\*a</sup>; Maria Geralda de Miranda<sup>b</sup>; Roy Reis Friede<sup>b</sup>; Patricia Maria Dusek<sup>b</sup>; Kátia Eliane Santos Avelar<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Centro Universitário Augusto Motta. RJ, Brasil.

<sup>b</sup>Centro Universitário Augusto Motta, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Local. RJ, Brasil.

\*E-mail: [renata.ck@hotmail.com](mailto:renata.ck@hotmail.com)

### Resumo

A busca pela igualdade e direitos da mulher é um assunto atual, presente não só no universo acadêmico, mas junto à mídia e em toda a sociedade. Nesse sentido, este estudo teve por objetivo trabalhar a igualdade de gênero na educação básica. Para tanto, foram realizadas atividades interdisciplinares, que possibilitassem a construção do conhecimento sobre os conceitos relativos à igualdade de gênero e os direitos humanos, com a participação de 50 alunos do 1º ano do Ensino médio, sendo 26 homens e 24 mulheres, com idade média entre 15 e 19 anos. Após as atividades foi observado que 72% dos alunos concordam que a separação de gênero não deve ser praticada em nenhum tipo de ambiente, afirmando que a inserção de discussões sobre gênero na escola pode aumentar a conscientização e respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos. 100% dos alunos afirmaram que cor, raça e opção sexual são os principais motivos de rotulagem no ambiente escolar. Tais resultados expressam o conhecimento dos alunos sobre a necessidade de igualdade na sociedade, onde meninos e meninas afirmaram que a escola tem papel fundamental na conscientização de que a igualdade de gênero é a principal ferramenta para a construção de uma sociedade em que homens e mulheres possuam direitos, deveres e oportunidades iguais.

**Palavras-chave:** Gênero. Direitos Humanos. Educação.

### Abstract

*The quest for equality and women's rights is a current issue, present not only in the academic universe, but also in the media and throughout society. In this sense, this study aimed to work on gender equality at elementary school. Interdisciplinary activities were carried out to construct knowledge about gender equality concepts, with the attendance of 50 freshman students from high school, 26 men and 24 women, with average age between 15 and 19 years. After the activities, it was observed that 72% of the students believed that gender separation should not be practiced in any kind of environment, affirming that the insertion of gender discussions in school can increase awareness and respect for the diversity of values, beliefs and behaviors. 100% of the students stated that color, race and sexual choice are the main reasons for labeling in the school environment. These results express the students' knowledge about the need for equality in society, where boys and girls affirm that school plays a fundamental role in raising awareness that gender equality is the main tool for building a society in which men and women have rights, duties and opportunities.*

**Keywords:** Gender. Human Rights. Education.

## 1 Introdução

Durante muito tempo, a sociedade vem impedindo que, as mulheres desfrutem das mesmas oportunidades educacionais oferecidas aos homens. Suas oportunidades e opções de vida são mais restritas que as dos homens. A desigualdade de acesso e de desempenho das meninas, em termos educacionais, é tanto causa quanto consequência dessas disparidades. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco, 2012), a desigualdade educacional é uma das grandes infrações dos direitos das mulheres e meninas e, também, uma barreira importante ao desenvolvimento social e econômico.

Tornou-se frequente, na sociedade, o uso da expressão desigualdade de gênero, bem como um grande enfoque para demarcar as fronteiras invisíveis entre o masculino e o feminino.

As diferenças entre gênero têm obtido avanços graduais

nos números da educação no país, contudo, observa-se ainda um grande desnível na paridade desta área, limitando ainda o acesso e as oportunidades para o gênero feminino.

A compreensão ideal do sentido do termo linguístico igualdade de gênero demanda observá-lo sob dois prismas: o formal e o usual. A igualdade de gênero formal refere-se à igualdade de gênero baseada na lei e perante a lei. A igualdade usual, é compreendida pela efetivação ou não da norma que prevê oportunidades iguais para os gêneros (COSTA, 2011).

Sabe-se que os efeitos da educação na igualdade das meninas, futuras mulheres, se manifestam por meio da ampliação da potencialidade de geração de renda, liberdade nas decisões pessoais, domínio sobre a própria fertilidade e maior participação na vida pública. Esses efeitos, no entanto, não são automáticos, dependem de circunstâncias específicas, contexto social, nível de desenvolvimento econômico, situação do mercado de trabalho e, do grau de estratificação sexual na cultura predominante.

Este estudo parte da premissa de que para combater a desigualdade de gênero, a educação desempenha papel de suma importância. Em razão disso, este estudo visa o desenvolvimento de atividades a partir de vivências e experiências dos alunos, ao mesmo tempo em que, foram realizadas oficinas, palestras e eventos voltados para a informação e formação dos estudantes sobre os temas inerentes aos direitos humanos e igualdade de gênero, conforme orientação do ODS 5 da ONU.

A sociedade sempre teve por princípio atribuir cargos de autoridades e de decisão aos homens, responsáveis pela vida pública (TRUE, 2005). Contudo, em decorrência da Revolução Industrial e da inserção da mulher no mercado de trabalho, as mulheres passaram a se questionar acerca da falta de participação feminina na política. Desta forma, desde o século XVII, as mulheres têm se organizado a fim de confrontar os problemas advindos de desigualdades sistemática de classes, status e poder que as impediram de participar e de serem escutadas (FERREE; MUELLER, 2004).

A busca pela igualdade da mulher é um assunto atual, presente não só no universo acadêmico, mas junto à mídia e a toda a sociedade (MIRANDA; SILVEIRA; HOELTGEBAUM, 2008). A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998) define igualdade como um processo social, cultural, psicológico ou político pelo qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades. Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) propõem pensar a igualdade em três níveis: o individual, o relacional e o contextual. Estes três níveis são vistos como uma espiral que vai se ampliando, interligada e circundada por relações de poder, onde a ação de um interfere na reação do outro, onde a educação é pré-requisito para a igualdade das mulheres, pois se constitui como um meio importante de emancipação da mulher. Os autores pontuam que as mulheres precisam apresentar formação escolar de qualidade, comparável à recebida por homens, para assim, ter acesso a empregos bem-pagos, avanços na carreira, participação, representação no governo e influência política, com consequente, fortalecimento da sociedade como um todo.

Na mesma linha de pensamento, Sen (2010) mostra que oferecer às mulheres educação e emprego (de maneira a fortalecer a sua autonomia) é o primeiro passo para aumentar o seu poder de voz dentro e fora da família e permitir a sua inclusão. Os diferentes aspectos da situação feminina, ou seja, potencial para auferir rendimentos, papel econômico fora da família, alfabetização e instrução, direitos de propriedade, podem parecer variados e díspares, mas o que eles têm em comum é a contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres, por meio da independência e ganho de poder.

A mulher que apresenta sua condição de agente respeitada

e fortalecida tem a oportunidade de influenciar as decisões familiares, ou seja, do bem-estar dos filhos. Mulheres que apresentam um nível educacional mais alto, geralmente, têm melhores habilidades para melhorar a sua qualidade de vida e de suas famílias, aproveitando e originando oportunidades (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008).

A Organização das Nações Unidas - ONU aprovou em 2015 um documento denominado, Transformando Nosso Mundo: designado de Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que embora de natureza global e, universalmente aplicáveis, dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local, pois se trata de uma agenda mundial, que conta com 17 objetivos, 169 metas e cerca de 300 indicadores propostos para monitoramento das metas, definidas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ALVES, 2015). Entre as metas da ONU, a meta relacionada à igualdade de gênero está concentrada no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5, (ODS 5), e, também, é um assunto transversalizado em outros 12 objetivos dos ODS (ONU MULHERES, 2010).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável visam intensificar as pesquisas e ações não apenas nas áreas de saúde, educação e trabalho, mas, especialmente, no combate às discriminações e violências baseadas no gênero, e, na promoção da igualdade de meninas e mulheres, para que essas possam atuar enfaticamente na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da participação na política, na economia e em diversas áreas de tomada de decisão.

Em apoio à Agenda 2030, a ONU Mulheres, que é uma entidade das ONU que trata especificamente de assuntos de interesse das mulheres, lançou a iniciativa global, “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, com compromissos concretos assumidos por mais de 90 países. Construir um Planeta 50-50 depende que todas e todos - mulheres, homens, sociedade civil, governos, empresas, universidades e meios de comunicação - trabalhem de maneira determinada, concreta e sistemática para eliminar as desigualdades de gênero (ONU MULHERES, 2010).

A desigualdade de acesso e de desempenho das meninas, em termos educacionais, é tanto causa quanto consequência dessas disparidades. Segundo a UNESCO (2012), a desigualdade educacional é uma das grandes infrações dos direitos das mulheres e meninas é também uma barreira importante ao desenvolvimento social e econômico. Tornou-se frequente, na sociedade, o uso da expressão desigualdade de gênero, bem como um grande enfoque para demarcar as fronteiras invisíveis entre o masculino e o feminino.

Os caminhos da educação, na perspectiva de formar sujeitos de direitos, foram traçados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB N° 9.394/1996), alcançando importantes conquistas que asseguram os direitos relacionados à educação para todos, entretanto, ainda há discrepâncias quanto à igualdade de gênero entre meninas e

meninos (BRASIL, 1996).

A LDB, em seu Art. 22, que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, englobando na educação básica, os níveis fundamental e médio.

Culturalmente, a mulher ocidental é constituída como o oposto do homem, voltada para o mundo privado e a prática do cuidado, enquanto o homem vive o espaço público e a provisão, sendo apontadas por Louro (1996) como formas fixas e excludentes. Destoar dessas imagens e considerar as relações de poder e dominação existindo de maneira distinta ao estabelecido é negar o estabelecido e ofender a organização ‘normal’ da sociedade.

Para Arraes (2015) a doutrinação de gênero faz parte da cultura e tem uma forte ideologia de gênero sendo disseminada pela sociedade, nas escolas, nos ambientes de lazer e nas famílias brasileiras, seja ela tradicional ou não. Na prática, o machismo é perpetuado: os homens aprendem a serem predadores e as mulheres enfrentam altos índices de violência machista – aquela que acontece contra as mulheres por motivações misóginas, como a ideia de que devem obedecer a seus parceiros ou que não podem rejeitar um avanço sexual.

No ambiente escolar infantil, a discriminação pode existir de maneiras naturalizadas – como a divisão desigual do acesso aos esportes, quando os meninos têm mais dias e tempo nas quadras, ou quando atividades são separadas de acordo com o gênero das crianças. A maioria das meninas já tem interiorizado que devem ser meigas, comportadas e por muitas vezes passiva, principalmente quando percebem que o professor valoriza esse tipo de comportamento. Nas escolas, o modelo de “bom aluno” sempre se encaixa melhor às meninas, pois são colocadas como características próprias ao sexo feminino ser obediente, cuidadosa e não se opor às determinações do professor.

Para Louro (1997), é na infância que meninas aprendem a ocupar um espaço corporal bastante limitado e, em consequência disto, desenvolvem certa timidez corporal. Desde pequenas são “treinadas” para o cuidado, o “instinto maternal” quando brincam com bonecas, já os meninos desenvolvem mais o raciocínio lógico, a agilidade com brinquedos de montar, construir, moldar, dentre outros. Isso virá a refletir na sua escolarização, atividades que envolvem cálculos são de preferência masculinas, e apesar de terem a mesma possibilidade, as meninas acreditam serem menos capazes, ou não aptas, para a Matemática.

Para combater tais desigualdades, a educação é uma base importantíssima. Para a construção de uma sociedade baseada na igualdade é preciso que esse princípio seja inserido na educação, tanto na escola quanto em casa. A educação tem o poder de ajudar a mudar os valores de uma sociedade.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, PISA, desenvolvido e coordenado pela Organização para

Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, tem demonstrado que as meninas, no Brasil, tiram notas mais baixas em Matemática que os meninos, o que é um entrave para as meninas se candidatarem para as áreas tecnológicas. Interessante, todavia, também assinalar que ao longo do século passado, os países da OCDE não alcançaram progressos significativos na redução ou eliminação de disparidades de gênero de longa data em muitas áreas de educação e emprego, incluindo nível de escolaridade, remuneração e participação no mercado de trabalho. Este fato implica outro: que aptidão não tem gênero. Se meninos e meninas tiverem as mesmas oportunidades, homens e mulheres terão chances iguais de alcançar os mesmos e mais altos níveis (PISA, 2012).

Fato preocupante também é que apenas 14% das mulheres jovens que entraram na universidade, em 2012, pela primeira vez escolheram campos relacionados à ciência, incluindo engenharia, indústria e construção. Em contrapartida, 39% dos jovens de sexo masculino que entraram na universidade naquele ano optaram por seguir um desses campos de estudo (PISA, 2012)

Outro dado importante verificado por estudos a partir do PISA é a falta de autoconfiança entre as meninas em sua habilidade para resolver problemas de matemática ou ciências e isso provoca sentimentos de ansiedade mesmo entre as meninas de conhecimento e desempenho elevados. Os dados do PISA também revelam que as meninas quando obrigadas a “pensar como cientistas”, apresentam desempenho consideravelmente inferior em relação aos meninos, ou seja, tendem a ter baixo desempenho em comparação com os meninos quando são solicitadas a formular situações matematicamente (PISA, 2012, p. 6).

As meninas precisam desfrutar de acesso igual a educação de qualidade e recursos econômicos, pois só assim poderão ter participação política, assim como oportunidades iguais às que desfrutam homens e meninos quanto a empregos, liderança e tomadas de decisão em todos os níveis.

A agenda 2030 da ONU propõe um aumento nos investimentos para a eliminação da diferença entre os gêneros e o fortalecimento do apoio às instituições, em relação à igualdade de gênero de mulheres, nos âmbitos global, regionais e nacionais. As pesquisas e ações são orientadas no sentido de combater todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas, inclusive com o engajamento de homens e meninos. Portanto, em nível de Brasil, é crucial os esforços, para a implementação da agenda, uma vez que o país precisa avançar no que tange à perspectiva de igualdade de gênero.

## 2 Material e Métodos

O método interdisciplinar norteou o desenvolvimento do estudo, por se entender que os problemas relacionados à discriminação e desigualdade de gênero dizem respeito a toda a sociedade, que precisa avançar na compreensão dos problemas, cujas soluções estão além do escopo de uma única disciplina ou de uma área de conhecimento. Portanto,

o estudo contou com abordagem qualitativa e quantitativa, do tipo exploratório, e foi realizado em uma escola pública, de Educação Básica, na cidade do Rio de Janeiro, RJ. Para a realização do estudo foi adotada uma estratégia interdisciplinar de atuação baseada em pesquisa participante, conforme os princípios da metodologia de pesquisa-ação (THIOLENT, 2011).

A pesquisa foi desenvolvida em uma Escola Pública Estadual localizada na cidade do Rio De Janeiro, RJ. O tema proposto foi a criação de ações educativas que possibilitassem a construção do conhecimento sobre conceitos que envolvem as questões sociais ligadas ao gênero e aos direitos humanos. Para tanto, foram realizadas atividades interdisciplinares, com 50 alunos do 1º ano do Ensino médio, sendo 26 homens e 24 mulheres, com idade média entre 15 e 19 anos, foram trabalhadas as ações educativas em que o feminino e o masculino não fizeram referência somente ao conceito de homem e mulher, mas ao desenvolvimento de um relacionamento melhor com o mundo e com o outro gênero. Nesse sentido, todas as ações educacionais realizadas visaram o desenvolvimento e esclarecimento sobre os direitos e deveres que produzam de fato mudanças positivas nas relações de gênero.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética após submissão à Plataforma Brasil, sob parecer nº 14838919.1.0000.5235

respeitando toda a determinação prevista nas diretrizes e Normas Regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, 466/12/2012 (BRASIL, 2012). Os alunos participantes da pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, concordando em participar do estudo. Os estudantes menores tiveram o consentimento de seus responsáveis.

## 2.1 Instrumento interdisciplinar de aproximação utilizado durante a pesquisa

O material didático utilizado como instrumento de aproximação dos alunos sobre o tema, teve por finalidade motivar o interesse pelas questões ligadas a gênero, evidenciando a reflexão e os debates sobre desigualdades de gênero estabelecidas pela sociedade, assim como contribuir para a efetivação de mudanças nessas relações. Foram utilizados textos de interesse para a discussão com os estudantes.

Para discussão dos textos abaixo foram utilizados os tempos de aula da disciplina de Sociologia, permeando assuntos inerentes à própria disciplina.

O texto 1 (Figura 1) teve por objetivo esclarecer os adolescentes sobre alguns conceitos referentes a gênero, de forma a levá-los a um maior comprometimento social para com os seus semelhantes.

**Figura 1** - Texto 1: Identidade de gênero: muitos modos de ser menino e menina

**IDENTIDADE DE GÊNERO: MUITOS MODOS DE SER MENINO E MENINA**

Identidade de gênero: muitos modos de ser menino e menina. Todos (as) nós, por sermos física e psicologicamente diversos, também expressamos em nossas relações afetivas e sexuais essa diversidade e pluralidade, ou seja, há muitas maneiras de ser homem e mulher, menino e menina.

Há meninos meigos, sensíveis e atenciosos; há meninas agressivas; meninas que têm interesses por máquinas e cálculos; há meninos brutos; há meninas sensíveis, doces; há meninos que choram e meninas que evitam se expor; há meninos que gostam de cozinha e meninas que detestam. No entanto, somos permanentemente socializados(as) para associar determinados gestos ou opções ao universo exclusivamente masculino, ou feminino, como se não houvesse uma variedade infinita de opções e formas de ser e de estar no mundo.

Os modos socialmente construídos de “ser homem” e “ser mulher” afetam não somente as relações entre homens e mulheres, mas também as relações vividas com pessoas do mesmo sexo: os meninos tidos como frágeis podem sofrer discriminação dos(as) seus colegas. E as meninas que gostam de jogar futebol podem ser malvistas pelas outras meninas, pelos meninos e, também, pelos(as) adultos(as).

Ao nascer menino ou menina, a pessoa, ao longo da vida forma sua identidade de gênero, que pode sofrer mudanças conforme seus sentimentos, sua percepção sobre si, suas relações com o mundo. Ou seja, nossa identidade é formada pela nossa interioridade (vida psíquica) e exterioridade (interação com o meio social). E dessa relação construímos uma maneira única de ser que se manifesta em nossos gestos, na maneira como nos vestimos, em nossos adereços, palavras e atitudes. A identidade de gênero é a maneira como alguém se sente e se expressa como homem ou mulher para si e para as pessoas a sua volta, e como deseja ser reconhecido (a) pela sociedade. Em alguns casos, a pessoa se apresenta como homem e mulher, sem que isso corresponda ao seu sexo biológico, como é o caso das travestis. Os(as) transexuais, por sua vez, são pessoas que, tendo nascido do sexo masculino ou feminino, identificam-se como sendo do gênero oposto. Essa identificação conduz em geral, mas não de forma exclusiva, à modificação hormonal e/ou cirúrgica do corpo e, em particular, dos órgãos genitais.

Devemos lembrar que existe uma infinita variação de comportamentos, de atitudes, de possibilidades de atração afetiva e sexual. A isso chamamos de “diversidade sexual”. Porém, homens e mulheres que fogem do padrão são geralmente vistos como “ameaças”, “aberrações” e sofrem em função dos estigmas e preconceitos e, muitas vezes, são vítimas de discriminação. Gays e lésbicas, travestis e transexuais ainda não são facilmente respeitados ou valorizados por nossa sociedade. Devemos estar atentos (as) e enfrentar o preconceito e a intolerância contra as pessoas que têm expressões afetivas e sexuais por outras do mesmo sexo. Devemos assegurar os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas.

Fonte: Brasil (2010).

Durante as discussões foram abordadas questões como:

- ✓ Conceito de gênero, sexo e identidade de gênero.
- ✓ O reconhecimento de diversas feminilidades e

masculinidades.

- ✓ Reflexão sobre a desigualdade de gênero no ambiente escolar.



O texto 2 (Figura 2) teve por objetivo o reconhecimento de diferentes tipos de família existentes na sociedade contemporânea, estabelecendo uma reflexão dos alunos

sobre a divisão das tarefas masculinas e femininas com base nos papéis atribuídos aos sexos, dentro da própria família.

**Figura 2** - Texto 2: As mudanças na família

AS MUDANÇAS NA FAMÍLIA	
<p>Em primeiro lugar, a família é uma criação humana, social e histórica e que vem se transformando ao longo do tempo. É uma instituição que decorre da organização da sociedade e que pode ter diferentes configurações: pai, mãe e filhos; mãe, avós e filhos; pai, filhos e sobrinhos e por aí vai.</p> <p>No entanto, ainda tem gente que acredita que uma família ideal e bem estruturada somente é aquela formada pela figura paterna, a materna e os filhos, de preferência um menino e uma menina.</p> <p>Nesse modelo de família, cabe ao homem o papel de provedor, ocupando funções no mercado de trabalho assalariado. A mulher, por sua vez, seria responsável pelo trabalho doméstico e tudo que ele implica, sem remuneração e sem ser considerado trabalho, mas uma obrigação adequada e pertinente a uma suposta “natureza feminina”.</p> <p>Mas, basta olhar em volta para ver que esse modelo “ideal” de família convive com uma diversidade muito grande de arranjos familiares: mulheres-mães trabalhadoras; parentes com vínculos biológicos e agregados com vínculos afetivos; casais sem filhas (os); irmãos sem pais; chefia familiar feminina; casais do mesmo sexo etc.</p> <p>O ingresso maciço da mulher no mercado de trabalho; a maior igualdade entre os sexos; a redução do tamanho das famílias; o aumento do número de divórcios e o aumento do número de famílias constituídas por casais do mesmo sexo são alguns dos fatores que contribuíram para essas mudanças na estrutura familiar.</p> <p>Assim, não importa como uma família está organizada, mas sim que ela seja um lugar de afetividade, respeito e de solidariedade.</p>	

Fonte: Brasil (2010).

Durante as discussões foram abordadas questões como:

- ✓ Como adolescentes e jovens contribuem para a manutenção da casa e da família?
- ✓ O que determina a divisão de trabalho dentro de uma casa? O fato de ter nascido homem ou mulher? Ou a

cultura é que estabelece quem faz o quê?

- ✓ Como seria possível dividir melhor as tarefas e as decisões dentro da família?

O texto 3 (Figura 3 abaixo) teve por objetivo a análise das desigualdades de gênero presentes em jornais e revistas.

**Figura 3** - Texto 3: Discussão sobre gênero na mídia

GÊNERO NA MÍDIA	
<p>Sexismo corresponde à discriminação ou ao tratamento indigno a um determinado gênero ou ainda a determinada identidade sexual.</p> <p>Racismo é uma ideologia que justifica a organização desigual da sociedade ao afirmar que grupos raciais ou étnicos são inferiores ou superiores, em vez de considerá-los simplesmente diferentes. Ele opera pela atribuição de sentidos pejorativos a características peculiares de determinados padrões da diversidade humana e significados sociais negativos aos grupos que os detêm. As imagens que vemos diariamente na televisão, nas revistas e nos jornais estão carregadas de mensagens que, mesmo sutilmente, retratam os homens e as mulheres desempenhando papéis culturalmente tradicionais: o homem como provedor ou chefe da família e a mulher cuidando da casa e dos (as) filhos (as).</p> <p>A mídia, impressa e audiovisual, tem um efeito importante na divulgação de informações, valores e comportamentos atribuídos a homens e mulheres.</p> <p>Adolescentes e jovens do sexo masculino são retratados, muitas vezes, como desencanados e irresponsáveis. Não é raro que as jovens negras sejam retratadas como “gostosas” e preocupadas somente com o cabelo.</p> <p>A própria língua brasileira torna as mulheres “invisíveis”, quando, por exemplo, em uma sala com 80% de meninas e 20% de meninos, refere-se a eles (as) como os participantes.</p> <p>Dizemos que uma linguagem é sexista, quando ela perpetua os estereótipos sexuais existentes em uma determinada sociedade. Por exemplo, quando um menino chora é chamado de “menininha” ou quando uma menina gosta de jogar futebol é chamada de “moleque”.</p> <p>A linguagem sexista é fruto de uma prática social sexista, pautada pela educação sexista recebida na família, na escola, nas instituições religiosas, no ambiente de trabalho e de lazer ou pelos meios de comunicação.</p> <p>A imagem negativa ou restritiva atribuída pelos meios de comunicação à população negra traz um misto de sexismo e racismo. As mulheres negras, por exemplo, são comumente retratadas como passistas de escola de samba, empregadas domésticas ou com outras características pouco valorizadas, inclusive por outras mulheres. Já os homens negros são comumente retratados como sambistas que, inclusive entre os músicos, nem sempre são respeitados ou valorizados. Geralmente detêm um nível mais baixo de escolaridade, fazem uso abusivo de álcool. Se esportistas, em sua maioria, não representam os esportes de elite, tais como golfe, natação, automobilismo.</p> <p>Também aos homens negros são atribuídas a lideranças negativas: são chefes de “gangues”, infringem as leis, são protagonistas de situações violentas etc.</p> <p>A forma como um povo se expressa, a linguagem do cotidiano no amplo sentido da palavra revela qual é sua visão do mundo, quais são os valores e sentimentos que norteiam a dinâmica de sua organização social e psicológica.</p>	

Fonte: Brasil (2010).

Durante as discussões foram abordadas diferentes questões como:

- ✓ Homens e mulheres são tratados da mesma maneira pela imprensa?

- ✓ Quais os impactos gerados na sociedade, em virtude desses tratamentos diferenciados?

## 2.2 Desenvolvimento das ações interdisciplinares na escola

As atividades foram desenvolvidas com a participação de aproximadamente, 60 (sessenta) alunos, divididos em três turmas do 1º ano (1001,1002 e 1003), com a duração de aproximadamente 40 minutos para cada encontro. Essas atividades foram divididas em 4 fases, conforme mostrado abaixo:

- Fase 1: Participação inicial dos alunos do Ensino Médio sobre a igualdade de gênero

Refere-se à percepção inicial dos alunos do 1ºano do Ensino Médio sobre a igualdade de gênero. Neste momento foi realizado um levantamento de dados por meio da utilização de um questionário contendo 10 perguntas sobre a igualdade de gênero.

- Fase 2: Motivação de discussões fora do ambiente escolar

Nesta fase foi realizada a análise dos dados levantados no questionário proposto na Fase 1, estes resultados foram mostrados aos alunos, através de uma palestra expositiva para discussão sobre o tema.

- Fase 3: Da Conscientização ao combatendo da desigualdade

A desigualdade de gênero se reflete no dia-a-dia escolar e até nas escolhas profissionais que meninas e meninos realizam ao longo da vida. Portanto, nesta fase do estudo, foram realizadas discussões, com vistas à sedimentação de conhecimentos sobre igualdade de gêneros entre meninos e meninas da escola estuda. Para tanto, foram utilizados grupos mistos, de meninas e meninos, de forma a combater a desigualdade e diminuir os estereótipos relacionados às questões de gênero.

- Fase 4: Análise do conhecimento dos alunos sobre a igualdade de gênero

Esta fase deu início a identificação da percepção dos alunos sobre a igualdade de gênero e direitos humanos a partir das ações educativas executadas ao longo da pesquisa.

## 3 Resultados e Discussão

Os resultados avaliados sobre os adolescentes participantes evidenciaram o reconhecimento da importância da igualdade de gêneros na sociedade como um todo. Então, a partir dessa percepção, almeja-se a adoção de ações mais conscientes e igualitárias, por meio da construção de uma postura cidadã de valorização da igualdade entre os gêneros na educação proporcionando uma igualdade de fato entre meninos e meninas.

### 3.1 O papel da família na orientação para a igualdade de gênero

Segundo Alves e Pitanguy (1985) o conceito de gênero é definido como uma construção sociocultural, que atribui a homem e mulher papéis diferentes dentro da sociedade e

depende dos costumes de cada lugar, da experiência cotidiana das pessoas, bem como da maneira como se organiza a vida familiar e política de cada povo.

Assim, fica evidente a importância do papel da família na construção deste conceito e a falta de conhecimento sobre gênero pode em algumas situações transformar-se em desigualdade utilizando as diferenças como ponto de partida para a discriminação.

De acordo com os resultados relacionados à questão da divisão de tarefas domésticas, foi possível observar que 79% dos alunos afirmaram que essas tarefas são divididas de forma igualitária sem nenhuma menção ao gênero. Esse percentual demonstrou o quanto as famílias estão conscientes da necessidade de igualdade na hora de determinar as tarefas domésticas, permitindo uma escolha baseada na aptidão, e não ao gênero.

Neste sentido, as amarras de gênero podem ser muito prejudiciais, pois limitam a aptidão de meninos e meninas nas esferas domésticas. Neste estudo, 13% dos indivíduos pesquisados afirmaram que somente as meninas têm a obrigação dos afazeres domésticos. Entretanto, a igualdade de gênero foi evidenciada quando foi observado que 89% dos alunos afirmaram que tanto o pai quanto a mãe têm a mesma responsabilidade no seu acompanhamento escolar (Quadro 1).

**Quadro 1** - O papel da família na orientação para a igualdade de gênero

Tarefas domésticas		Tarefas escolares	
As meninas ajudam na arrumação da casa e na cozinha; e os meninos a trocar pneu e lavar o carro.	5%	A mãe é mais responsável pela Educação escolar.	3%
As meninas têm o dever de ajudar a lavar a louça e os meninos ajudam de vez em quando.	13%	É natural que a mãe seja responsável por frequentar as reuniões, preparar a lancheira e ajudar nos deveres de casa. O pai só precisa interferir em casos mais graves, como indisciplina e recuperação.	8%
As tarefas domésticas são divididas entre todos.	79%	Pai e mãe têm a mesma responsabilidade no acompanhamento escolar do filho.	89%
Não responderam.	3%	Não responderam.	0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Essas alterações nos ofícios domésticos vêm acontecendo em razão da necessidade, cada vez maior, da mulher se destacar na vida profissional.

### 3.2 O papel da escola na orientação para a igualdade de gênero

A divisão de gênero no ambiente escolar pode favorecer a segregação de gênero, de modo a contribuir para a incompreensão das diferenças de comportamentos e atitudes entre meninos e meninas.

No Quadro 2 verificou-se que 23% dos alunos ainda

apoiam a separação por gênero nas atividades escolares, o que demonstrou a necessidade de maior esclarecimento sobre a igualdade de gênero no ambiente escolar. Em contraponto, 72% acreditavam que a separação de gênero não deve ser praticada em nenhum tipo de ambiente, de forma que a conscientização sobre o respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos é a única forma de garantir a dignidade do ser humano.

**Quadro 2** - Orientação sobre igualdade de gênero na escola

Separação de crianças por sexo nos espaços e nas atividades escolares		Participação e inclusão das meninas nas áreas de conhecimento mais comuns aos meninos	
Sim	23%	Sim.	20%
Não	72%	Não.	75%
Não responderam.	5%	Não responderam.	5%

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a ONU, a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres é um compromisso firmado, com o aval de 189 nações, que compreendem a igualdade como elemento fundamental tanto para o empoderamento das mulheres, quanto para atingir outras metas prioritárias, em especial, as ligadas à pobreza, à fome, à saúde e à educação (PNUD, 2013).

Os dados do Quadro 2 demonstraram que 75% dos alunos acreditam que a ausência das meninas em áreas ditas como masculinas é normal, evidenciando a necessidade de enfrentamento das desigualdades de gênero no campo profissional, o que contribui para as relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres.

Coimbra (2010) destaca que as meninas, mesmo quando têm bons resultados em disciplinas exatas, predominam em cursos que conduzem a profissões menos prestigiadas, a exemplo, dos cursos de licenciatura. Os meninos, por sua vez, gostando ou não de disciplinas escolares exatas, escolhem cursos com caráter científico e tecnológico, que têm melhores perspectivas profissionais e remuneração mais vantajosa.

Desta forma, Sarti (2004), diz que a ideologia de feminilidade ultrapassa a porta da casa e se verifica, também, no tipo de formação profissional da mulher, pois determinadas carreiras seriam próprias da mulher na medida em que, se encaixaria à sua natureza.

### 3.3 Divergência salarial entre homens e mulheres

Historicamente a discriminação permeia o dia-a-dia da mulher, isso pode ser exemplificado na dificuldade de promoção profissional, na contratação de mulheres no assédio sexual, entre outros. Tais discriminações podem ser evidenciadas no texto apresentado a seguir.

Para Maruani (2003, p.11):

Estudar a evolução do lugar dos homens e das mulheres no mercado de trabalho não é dedicar-se a sociografia de uma categoria de mão de obra à parte – as mulheres. É ter meios para identificar as mudanças estruturais que produziram as

transformações da população ativa. É analisar as lógicas sociais que subentendem as recomposições do mundo do trabalho... Aprofundar a análise das diferenças de sexo no mercado de trabalho, não se contribui apenas para o acúmulo de saberes sobre a atividade feminina, participa-se também do progresso geral dos conhecimentos sobre o mundo do trabalho. E é exatamente essa ideia que ainda é difícil de admitir, mas que urge aceitar. Para que a variável 'sexo' deixe de ser mal vista e as lógicas de gênero estejam no cerne da reflexão sobre o trabalho e o emprego.

De acordo com o Quadro 3, quando os estudantes foram questionados sobre a presença de desigualdade profissional entre os gêneros, 85% afirmaram que homens e mulheres devem ter o mesmo direito nas relações profissionais, enquanto 8% acreditam que este problema é basicamente cultural, e que nada poderá ser feito. Tal respostas refletem a cultura da discriminação presente na sociedade.

**Quadro 3** - A desigualdade de gênero no âmbito profissional e na política

Desigualdade profissional entre os gêneros		A importância da presença feminina na política brasileira	
Problema cultural	8%	Sim	2%
Direitos iguais	85%	Não	5%
Superioridade masculina	2%	Tanto faz	88%
Não responderam	5%	Não responderam	5%

Fonte: Dados da pesquisa.

Um número significativo de 85% demonstra a deterioração dos níveis de renda de grande parte da população brasileira, tornando-se fundamental a participação das mulheres no trabalho remunerado, com vistas à complementação do orçamento familiar ou assumindo a posição de chefe de família (Quadro 3).

Em contrapartida, uma parcela pequena de 2%, acredita na superioridade masculina, onde a mulher não se encaixa profissionalmente de forma igualitária. Tal afirmativa reforça a necessidade da discussão sobre a questão da desigualdade entre os gêneros.

Em relação à presença feminina no espaço político, uma grande maioria de 88% afirmou que o gênero não define o sucesso político de uma sociedade, conforme pode ser visualizado no Quadro.

### 3.4 Discussão sobre a violência sexual

Durante as discussões deste estudo na escola, surgiu a necessidade da abordagem da violência sexual. Após a análise das discussões sobre a violência sexual e estupro, 86% dos alunos afirmaram que a prática sexual deve ser de comum acordo, inviabilizando a relação sexual caso um dos dois desista na hora. Esse número ilustra as mudanças nas atitudes diante do sexo, dando a mulher o mesmo direito na relação. Crawford e Popp (2003), afirmaram que apesar dessa tentativa de mudança mais igualitária dos padrões de comportamento sexual, as condições sob as quais determinadas atitudes são aceitáveis mantêm-se algo diferente para os homens e para as

mulheres.

Neste sentido, Bourdieu (2007), alerta que a violência simbólica manifestada pela adesão do dominado ao dominante ocorre porque ele não dispõe de outros instrumentos senão aqueles incorporados pela relação de dominação que foi transformada em algo natural. Para evitar que tais atitudes se perpetuem e garanta uma sociedade mais livre e igualitária, é preciso reformular hábitos já intrincados na sociedade. Para a construção de um discurso de igualdade de gênero é necessária uma maior conscientização quanto aos direitos adquiridos pela mulher, para que se elimine o comportamento inadequado e violento de alguns homens.

#### 4 Conclusão

Com os dados obtidos neste estudo foi possível constatar a necessidade de um investimento pedagógico para a conscientização sobre a igualdade de gênero e direitos humanos nas escolas. A sala de aula pode ser tornar, desse modo, um módulo para uma mudança sociocultural. A realização do estudo permitiu evidenciar que houve uma assimilação dos temas e uma mudança de atitudes dos alunos do Ensino Médio da escola estudada.

Os materiais didáticos desenvolvidos para o estudo auxiliaram na sensibilização dos adolescentes quanto ao direito à educação igualitária como ferramenta primordial, indispensável ao desenvolvimento humano para a plena cidadania, liberdade e igualdade de homens e mulheres.

A conscientização sobre os direitos humanos deve ser considerada como uma das principais bases para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e discriminativa. Nessa perspectiva, a escola exerce um papel crucial na discussão de temas relevantes, como a as questões de gênero, com vistas à construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Durante o estudo foram realizadas atividades que despertaram a percepção dos alunos quanto aos direitos humanos e a igualdade de gênero. De acordo com os dados obtidos, evidenciou-se uma maturidade feminina e masculina sobre o assunto abordado. Durante todas as ações educativas, ficou evidente o conhecimento sobre a necessidade de igualdade feminina na sociedade, onde meninos e meninas afirmaram que a escola tem papel fundamental na conscientização para uma educação igualitária para todos os gêneros.

Portanto, a pesquisa permitiu evidenciar indicadores referentes às atitudes e ideias sobre a violência sexual, tornando-se necessário um foco nestas questões, onde foram abordados assuntos atuais da mídia relacionados à violência sexual. Durante as discussões foi possível verificar a reprovação por grande parte dos alunos quanto à prática da violência sexual, de modo que dúvidas puderam ser sanadas, possibilitando uma compreensão melhor sobre os assuntos abordados.

Para melhor compreensão sobre o assunto, as relações de gênero deveriam ser debatidas na escola permanentemente,

visto ser esta uma extensão da sociedade e uma instituição formadora de opiniões e assim procurar compreender até que ponto essas diferenças interferem no cotidiano escolar.

Portanto, essa pesquisa contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento dos estudantes que participaram da investigação, facilitando o processo de socialização, de expressão, na construção do pensamento, bem como, auxiliando na conscientização de que a Igualdade de gênero é a principal ferramenta para a construção de uma sociedade em que homens e mulheres tenham direitos, deveres e oportunidades iguais. Tal estudo, também contribuiu para o aprofundamento do conhecimento dos alunos acerca dos direitos humanos, no que diz respeito à igualdade de gênero e objetivos do desenvolvimento sustentável, principalmente o (ODS 5), que trata da igualdade de gênero.

#### Referências

- ALVES, B.M.; PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ALVES, J. E. D. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. *Rev Bras. Estudos Popul.*, v.32, n.3, p.587-598, 2015.
- ARRAES, J. 5 motivos para discutir questões de gênero na escola. *Revista Fórum*, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/questao Degenero/2015/06/19/5-motivos-para-discutir-questoes-de-genero-na-escola/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. *Lei nº 9.394/1996*. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 30 jun. 18.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Coleção institucional adolescências, juventudes e participação*. 2010. Disponível em: [http://unfpa.org.br/Arquivos/spe\\_completo.pdf](http://unfpa.org.br/Arquivos/spe_completo.pdf) e <http://www.saude.gov.br/bvs>. Acesso em: 30 jun. 18.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466*, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html). Acesso em: 2 jun. 2018.
- COIMBRA, S.; FONTAINE, A.M. Será que sou capaz? Estudo diferencial de auto eficácia com alunos do nono ano. *Rev. Bras. Orientação Prof.*, v.11, n., p.5-22, 2010.
- COSTA, D.S. *Direito fundamental à educação, democracia e desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- CRAWFORD, M.; POPP, D. Sexual double standards: a review and methodological critique of two decades of research. *J. Sex Res.*, v.40, n.1, p.13-36, 2003.
- FERREE, M.M.; MUELLER, C.M. Feminism and the women's movement: a global perspective. *Blackwell Comp. Soc. Mov.*, p.576-607, 2004.
- LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade, educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, G.L. *Nas Redes do conceito de gênero*. In: LOPES, M.J.M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (org). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- MAGESTE, G.S.; MELO, M.C.O.L.; CKAGNAZAROFF, I.B. *Empoderamento de Mulheres: uma Proposta de Análise*



- para as Organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, V, 2008, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Anpad, 2008.
- MARUANI, M. Introdução. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. *As novas Fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003. p.21-28.
- MIRANDA, C.M.S.; SILVEIRA, A.S.; HOELTGEBAUM, M. *Empreendedorismo feminino: características das gestoras em uma instituição de ensino superior*. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Anpad, 2008.
- ONU Mulheres. Brasil. *Sobre o ONU mulheres*. 2010. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 29 set. 2018.
- OMS. Organização Mundial de Saúde. *Glossary of health promotion terms*. Geneva: World Health Organization/Division of Health Promotion, Educations and Communications/Health Education and Health Promotion Unit, 1998.
- PISA. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. *O que está por trás da desigualdade de gênero na educação*. 2012. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 70: Revisitando uma trajetória. *Rev. Estud. Feministas*, v.12, n.2, p.35-50, 2004.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2011.
- TRUE, J. *Feminism*. In: BELLAMY, A.J. *International society and its critics*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p.151-162.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Gênero e educação para todos: o salto rumo à igualdade*. Relatório Conciso, 2012.